



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1756965 - SP (2020/0233651-5)

**RELATORA** : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
**AGRAVANTE** : JJ SAO BENTO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA  
**ADVOGADO** : ANDREI BRIGANÓ CANALES - SP221812  
**AGRAVADO** : ALFREDO FERREIRA DOS SANTOS  
**ADVOGADO** : KARINA ALVES SILVA FRANÇA - SP368643

### DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial com pedido de concessão de efeito suspensivo interposto por JJ SÃO BENTO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. contra decisão denegatória de seguimento de recurso especial que interpôs.

Argumenta que a decisão denegatória de seguimento do recurso especial interposto não se limita ao juízo de admissibilidade, havendo, na verdade, análise da matéria de fundo da tese recursal, o que não pode ser admitido, segundo pontua, sob pena de usurpação da competência do Superior Tribunal de Justiça.

A recorrente impugna, por meio do recurso especial apresentado, a autorização judicial, em ação de consignação em pagamento, de depósito judicial, sob o argumento de que não é obrigada a receber a prestação após a mora e correlata rescisão contratual, muito menos sem os consectários contratuais e legais. O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo entendeu que, verificada a recusa ao pagamento, após notificação extrajudicial, é cabível deferimento de liminar para que a parte adversa consigne o valor que entende devido.

Foi inadmitido o recurso especial sob o fundamento de que incide no caso a Súmula n. 7 do STJ, bem como de que a simples referência aos dispositivos legais, desacompanhada da necessária argumentação que sustente a alegada ofensa à lei federal, não é suficiente para o conhecimento do recurso especial.

É, no essencial, o relatório. Decido.

De acordo com o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Ou seja, o deferimento do pedido de tutela provisória de urgência exige a presença simultânea de dois requisitos autorizadores: *o fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos apresentados no pedido, e o *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade de perecimento do bem jurídico

objeto da pretensão resistida.

No caso em epígrafe, trata-se de ação de consignação em pagamento, por meio da qual a parte adversa efetuou depósito judicial dos valores que entende devidos. Contra tal decisão de deferimento de depósito é que foi interposto o recurso especial não admitido, o que demonstra que não há perigo da demora na hipótese em tela, isto é, não há nenhuma caracterização de situação emergencial e irreversível que justifique a concessão de efeito suspensivo ativo ao agravo em recurso especial apresentado. De toda sorte, vislumbra-se probabilidade de confirmação da negativa de seguimento do recurso especial diante da fundamentação apresentada pelo Tribunal *a quo*.

Ocorre que, não obstante a fundamentação sustentada pela requerente, o fato é que seu exame encontra-se atrelado ao próprio mérito do agravo em recurso especial, e, diante da natureza satisfativa do pleito, sua análise pormenorizada compete ao colegiado, não sendo, pois, passível de exame/concessão em sede de cognição sumária.

Nesse sentido, trago à colação o seguinte precedente jurisprudencial:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM TUTELA DE URGÊNCIA - PRETENSÃO VOLTADA À ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL INADMITIDO NA ORIGEM, A SER REMETIDO A ESTA CORTE NA FORMA DE ARESP - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE INDEFERIU A TUTELA PROVISÓRIA - AUSENTES OS REQUISITOS DO FUMUS BONI JURIS E DECISÃO TERATOLÓGICA OU CONTRÁRIA À JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE - FORTE PROBABILIDADE DE NEGATIVA DE SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL - INSURGÊNCIA RECURSAL DOS REQUERENTES.

**1. A concessão da medida cautelar para conferir efeito suspensivo a recurso inadmitido na origem é excepcional e pressupõe a aferição da existência de decisão teratológica ou manifestamente contrária à jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, somada à demonstração dos requisitos da viabilidade do apelo nobre e plausibilidade do direito invocado, e do perigo da demora.**

**2. A probabilidade de negativa de seguimento do recurso especial demonstra a ausência do fumus boni iuris, requisito imprescindível ao deferimento da tutela de urgência.**

3. Não se tratando de decisão teratológica ou manifestamente contrária à jurisprudência desta Corte, bem assim ausente a demonstração da plausibilidade do direito invocado, requisito imprescindível ao cabimento da pretensão cautelar, impõe-se o seu indeferimento.

4. Agravo interno desprovido. (AgInt nos EDcl na Pet 11773/SP, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 17/8/2017, grifo meu.)

Ante o exposto, indefiro o pedido de concessão de efeito suspensivo ao agravo em recurso especial.

Como o processo se encontra distribuído, encaminhem-se os autos diretamente à ministra relatora.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente